

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO

9 DE JULHO DE 2016



1. A UNIÃO EUROPEIA RESPONDE AO BREXIT COM AUTORITARISMO E CHANTAGEM

A falência do projeto europeu e a crescente distância dos povos europeus desse projeto é o fruto de sucessivos tratados e decisões políticas tomadas por um diretório que leva sempre mais longe os erros anteriores. O referendo britânico é mais um momento do ciclo da desagregação europeia: em vez de aprender com os erros do passado, o diretório europeu responde ao Brexit penalizando os britânicos pela sua escolha e aprofundando o autoritarismo no seio da União Europeia.

Muitos dos votos pela saída do Reino Unido da União Europeia foram ganhos pelo discurso anti-imigração. Mas caricaturar o “sair” como simplesmente xenófobo, ignorando que foram Cameron e a campanha pelo “ficar” quem fez um acordo não menos xenófobo com a União Europeia e que o “ficar” que agrediu os setores sociais mais desfavorecidos da população com desemprego e austeridade, é uma simplificação política que armadilha o debate. O nervosismo dos dirigentes europeus vão de braço dado com a sua fidelidade à punição dos trabalhadores e dos setores sociais mais frágeis e com o seu desdém pela democracia. A União Europeia, para largos setores da população europeia, é agora sinónimo de chantagem, austeridade e desrespeito pela capacidade de decisão dos povos, e é disso que se alimenta a narrativa da extrema-direita por toda a Europa.

2. ORÇAMENTO 2017 É O ALVO DA DIREITA E DE BRUXELAS

A prioridade imediata do Bloco de Esquerda é bater-se por novas conquistas sociais na negociação do Orçamento do Estado para 2017. Sabemos bem das dificuldades de uma negociação feita sob enormes pressões externas e internas. À chantagem das sanções, junta-se a pressão de um sistema financeiro fragilizado, pesada herança da inação e permissividade da troika que a direita apenas agravou, e uma economia estagnada. Sem uma reestruturação da dívida que permita libertar recursos para o investimento e a criação de emprego, tal como o Bloco vem propondo, e sem rejeitar as imposições do Tratado Orçamental, as opções orçamentais para responder às necessidades do país são cada vez mais limitadas.

O diretório europeu aposta tudo na capitulação da maioria parlamentar à ortodoxia da austeridade; como a Grécia demonstra, pouco importa quem governa, desde que governe sob imposição europeia. Não permitiremos esse caminho e tudo faremos no reforço do compromisso de defesa de salários, pensões e Estado Social.

O próximo orçamento do Estado português é convocado pelo diretório europeu e colocado no centro do processo de ameaças e chantagens a propósito da aplicação de sanções a Estados da zona euro. Muito embora as metas previstas no Pacto de Estabilidade e no Tratado Orçamental tenham sido sucessivamente incumpridas por diversos países, a Comissão Europeia nunca propôs a aplicação de sanções. Que o Partido Popular Europeu, que integra PSD e CDS, tenha agora lançado o apelo a sanções contra Portugal e Espanha, é um forte indicador de que a resposta do diretório alemão à crise institucional agravada pelo Brexit assentará em novas limitações à soberania democrática dos Estados membros e no reforço do poder das grandes economias sobre os países mais pequenos.

As alegações de Wolfgang Schäuble sobre um novo resgate financeiro a Portugal fazem parte desta lógica punitiva, mas também são uma manobra de diversão na semana em que o FMI declarou que o Deutsche Bank é o maior risco para a estabilidade financeira mundial. Este apelo à especulação contra Portugal vem tentar iludir a real situação dos grandes bancos europeus e reforçar a mentira que atribui aos povos do Sul a responsabilidade pela crise na Europa.

3. É A TROIKA E AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS QUEM MERECE SANÇÃO

A Comissão Europeia quer castigar o país pelo resultado das políticas de austeridade que a própria Comissão mandou executar. O pretexto oficial da ameaça de sanções é o incumprimento das metas para o défice nos anos 2013 a 2015, quando a política económica portuguesa era ditada a partir de Bruxelas e o Governo PSD/CDS fazia questão de ir além da troika.. Portugal, o “bom aluno” que, quando era governado pela direita falhou cada meta orçamental europeia,, é punido no preciso momento em que a execução orçamental dá sinais positivos. Ao diretório europeu não interessam as contas públicas, mas a humilhação e a submissão à austeridade.

A atual indefinição acerca do momento e das condições da sanções é mais uma forma de pressão. A Comissão Europeia acionou o processo de sanção e delegou a decisão sobre que sanção, que formalmente é sua, ao Ecofin (reunião dos ministros da economia e das finanças dos estados membros da UE). Este processo contorna regras para aumentar a influência dos governos da família política da direita alemã e portuguesa e apresentar as sanções como resultado da atual maioria parlamentar e da influência da esquerda. Trata-se de uma punição política à escolha democrática da maioria dos portugueses.

PSD e CDS começaram por criticar as sanções, que condenaram em voto parlamentar, mas depressa procuraram adaptar-se à linha dos seus tutores políticos europeus, desdobrando-se agora em explicações da “desconfiança europeia” quanto às alterações políticas do pós-legislativas. As intervenções mais recentes revelam a natureza do PSD de Maria Luís Albuquerque e Passos Coelho: são os amplificadores internos da chantagem externa contra Portugal, é essa a sua única estratégia para o regresso ao poder.

4. CABE À ESQUERDA DEFENDER A DEMOCRACIA CONTRA O AUTORITARISMO

A rejeição transversal da aplicação de sanções a Portugal deve convocar uma ampla rejeição do Tratado que as impõe. A necessidade de desvinculação do Tratado Orçamental, sempre defendida pelo Bloco de Esquerda, não só não perdeu centralidade, como regressa assim pela porta principal da luta política. Este tratado, que foi aprovado no Parlamento Europeu e na Assembleia da República com os votos de PSD, PS e CDS, condensa os mecanismos de limitação dos parlamentos nacionais e de imposição de sanções caso não sejam cumpridas regras impossíveis sobre o défice e dívida pública. Como agora só a Inglaterra estava de fora, com o Brexit deixa de haver obstáculos a que esse tratado intergovernamental passe, como a Alemanha sempre quis e o próprio tratado prevê, a Tratado Europeu até ao final de 2017.

Os acontecimentos recentes apenas reforçam a necessidade de Portugal se desvincular deste verdadeiro tratado da austeridade, recorrendo a referendo se o quiserem impor como tratado europeu. O Bloco de Esquerda reitera a sua posição de sempre e defende que seja dada a palavra ao povo por uma mudança.

A União Europeia é uma construção feita contra a soberania democrática povos. Aceitar a submissão à política imposta por instituições sem legitimidade democrática seria a completa resignação à austeridade. A democracia seria reduzida ao simbólico. Pelo contrário, a es-

querda só sai desta armadilha nos termos do confronto europeu: a luta pela democracia é a luta pelo emprego e pelos direitos. Essa luta começa, desde já, pelo respeito pelas mudanças política decidida pelo povo português nas eleições de Outubro de 2015, pelo novo equilíbrio de forças no parlamento e pelo governo que dele resultou.

5. A CRISE DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES AGRAVA-SE SOB A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NO MÉDIO ORIENTE E AS DECISÕES IRRESPONSÁVEIS DA UNIÃO EUROPEIA

Enquanto a União Europeia se enredava na espiral punitiva do pós-Brexit, só na primeira semana de Julho os atentados na Turquia, no Líbano, no Bangladesh e no Iraque mataram mais de 300 pessoas e feriram cerca de 500. Os Médicos Sem Fronteiras alertam que cerca de 60 mil refugiados sírios, metade deles crianças, estão “encurralados”, sem qualquer apoio humanitário, numa faixa desértica na fronteira jordano-síria. Com o silêncio cúmplice do resto da União Europeia, a Hungria expulsou 600 refugiados e migrantes num só dia e anuncia um referendo para fechar definitivamente as fronteiras, a realizar no mesmo dia da repetição das eleições presidenciais austríacas, que a extrema-direita pode vencer. A crise dos refugiados, longe de ter terminado, agravar-se-á. A recusa de uma resposta solidária, responsável e de acordo com o respeito pelos Direitos Humanos à altura da situação é um grave fator de descrédito e desagregação europeia. O recente acordo celebrado com a Turquia, a política de armamento e a manutenção de programas como o Frontex, a par do vergonhoso falhanço do programa de realojamento das pessoas refugiadas, são medidas ativas de uma União Europeia conivente com a política de guerra, do genocídio e da xenofobia.

6. A ESTRATÉGIA BELICISTA DA NATO TORNA O MUNDO MAIS INSEGURO

Quando vivemos tempos de grande instabilidade política e de insegurança dos povos, com a guerra da Síria e do Iraque e a escalada do terrorismo jihadista, na Cimeira da NATO, reunida em Varsóvia sob a batuta dos EUA, desenham-se jogos de guerra, delineando-se o regresso ao clima de Guerra Fria com a movimentação de tropas e material bélico para os países Bálticos e Polónia, apostando na política de dissuasão e a conseqüente corrida aos armamentos e o reforço da ameaça nuclear.

O Bloco recusa esta lógica belicista de regresso aos equilíbrios de terror, assentes na ameaça nuclear que torna o Mundo num local cada vez mais inseguro.

O Bloco reafirma que a guerra é um meio para a afirmação imperialista na disputa por territórios, mercados, e recursos, em que a NATO desempenha papel fundamental.

Assume especial importância a divulgação das conclusões do relatório Chilcot, encomendado pelo governo britânico, onde ficam evidentes as responsabilidades conscientes dos governantes que decidiram a invasão do Iraque em 2003. Esse momento ficará na história do nosso século, seja pelas suas macabras consequências diretas seja pelos seus reflexos até aos dias de hoje em toda o Médio Oriente e não só. **As conclusões do relatório Chilcot sublinham também o papel dos governantes portugueses de então, a começar por Durão Barroso e Paulo Portas, que hoje devem ser responsabilizados como nunca foram, pelo verdadeiro crime de guerra que foi a cimeira das Lajes.**

7. O BLOCO RECUSA O TTIP, O TISA E O CETA

Nos próximos meses inicia-se o processo de ratificação dos tratados de Livre Comércio, sendo o CETA (Acordo entre o Canadá e a UE) o primeiro a ser ratificado.

O Bloco reitera a sua oposição aos acordos como o CETA, TTIP e TISA, acordos que têm como objetivo uma maior liberalização das trocas comerciais e a privatização de recursos - água e energia - e serviços - saúde e educação - públicos.

Os acordos prevêem ainda a criação de mecanismos de natureza semelhante aos tribunais arbitrais internacionais, pondo em causa o Estado de direito e a soberania nacional.

O Bloco assinou há uma semana uma resolução conjunta dos partidos Europeus de Esquerda manifestando esta posição. Recusamos os tratados, o secretismo que tem marcado as negociações e exigimos a discussão pública dos conteúdos dos mesmos, incluindo a discussão nos parlamentos nacionais.

O Bloco insta o governo Portugal a juntar-se ao governo belga na oposição ao CETA, tendo em vista a criação de uma minoria de bloqueio.

O Bloco compromete-se a continuar o seu trabalho com os movimentos e as associações, nacionais e internacionais, que travam esta luta contra os tratados, nomeadamente a plataforma Não ao Tratado Transatlântico.

8. ORGULHO E RESISTÊNCIA, DEPOIS DE ORLANDO

No passado dia 11 de junho, o mundo indignou-se perante o «Massacre de Orlando», nos EUA, que contou com quase 50 mortos e outros tantos feridos, num crime

de ódio à mão armada contra a comunidade LGBTI+ de Orlando, na discoteca Pulse Club, uma das mais frequentadas por aquela população nesta cidade. A opção do agressor por um espaço de diversão frequentado maioritariamente por pessoas LGBTI+ latinas, negras ou não brancas, é demonstrativa da urgência em combater o racismo e a xenofobia, a par com o combate à transfobia e à homofobia.

O mês de junho foi o mês do Orgulho LGBTI+, em memória da «Revolta de Stonewall» em 1969, quando algumas pessoas trans e de género diverso, mais uma vez latinas, negras e não brancas, se revoltaram contra a polícia, que as atacava frequentemente num outro bar LGBTI+, o Stonewall Inn, em Nova Iorque. Por todo o mundo o Orgulho tenta resistir e em Portugal não foi diferente, tendo-se realizado marchas em Coimbra, Lisboa, Porto e Braga.

9. O BLOCO SAÚDA A MANIFESTAÇÃO CONVOCADA PELA PLATAFORMA IMIGRAÇÃO E CIDADANIA

O Bloco saúda a manifestação convocada pela Plataforma Imigração e Cidadania, realizada no dia 3 de julho em Lisboa, onde centenas de imigrantes sob o lema 'sem direitos iguais todos perdemos' exigiram a cidadania plena. Exigiram a alteração à Lei de Imigração que, ao requerer um comprovativo de entrada legal no território nacional e modificar as regras de inscrição na Segurança Social, coloca na ilegalidade muitos milhares de imigrantes que fazem a sua vida em Portugal, contribuem para a cultura, economia e sociedade portuguesa.

O Bloco de Esquerda apoia a luta dos e das imigrantes posicionando-se contra os entraves da Lei da Imigração e, nesse sentido, propôs alterações ao seu articulado que limitam o poder discricionário do SEF e facilitam a regularização dos imigrantes que vivem em Portugal.

10. URGÊNCIA AMBIENTAL: É NECESSÁRIO TRAVAR A EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS

A votação em Parlamento de várias propostas legislativas relativas à exploração de petróleo e gás em Portugal revelou um acordo claramente insuficiente em relação a este tema. Existem 15 concessões para exploração de gás e petróleo em terra e no mar, por métodos convencionais e não convencionais, como o fracking, no Algarve, no Alentejo e na zona Oeste, que urge travar, contra a destruição ambiental e económica, pelo combate e adaptação às alterações climáticas. O Bloco continuará a aplicar-se e mobilizar-se, no Parlamento e nas ruas, no sentido de travar a exploração de hidrocarbonetos no país.

11. UMA CAIXA PÚBLICA, FORTE E ORIENTADA PARA A ECONOMIA PRODUTIVA

A Direita que alienou o setor dos seguros da Caixa ou que reduziu os seus ativos em mais de 20 mil milhões de euros, quer uma Caixa mais frágil para a submeter à predação privada. Passos Coelho defendeu, em 2008, a privatização da Caixa e o programa eleitoral do PSD, em 2011, defendia a dispersão em bolsa do capital da Caixa, abrindo as portas à privatização. Não nos enganamos, por isso, quanto ao seu objetivo para o banco público.

No entanto, o passado e o presente do sistema bancário apenas reforçam a necessidade uma banca pública, forte e capitalizada. A banca pública é um instrumento para o investimento, para o apoio às pequenas e médias empresas e para o desenvolvimento económico. Mas garantir a sua propriedade pública não chega: é preciso garantir que a sua gestão não é capturada por interesses partidários ou negócios obscuros.

O que defende o interesse público é o controlo integralmente público da CGD, a sua capitalização, a sua reorientação estratégica para o investimento produtivo, a averiguação e atribuição clara de responsabilidades sobre atos de gestão passados que tenham sido ruinosos e que tenham obedecido a outros interesses que não os da CGD. O que respeita o interesse público é o fortalecimento da CGD, sem despedimentos e sem fragmentação. É nessa solução que o Bloco de Esquerda se empenha.

A MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA RESOLVE:

Realizar ao longo de Julho e Agosto uma série de comícios de rua e iniciativas de divulgação na denúncia das pressões europeias e de mobilização popular contra a chantagem.

Apoiar e divulgar em todo o país a iniciativa dos jovens do Bloco “Liberdade 2016”, que decorre de 3 a 7 de Agosto; um acampamento que é um ponto de encontro de combates e de insubmissão de centenas de jovens.

Reforçar os espaços abertos de debate e elaboração política e de encontro das resistências sociais. O Fórum Socialismo, que terá lugar de 26 a 28 de Agosto em Santa Maria da Feira, com a presença de ativistas de diversas áreas, marca essa orientação do Bloco de Esquerda na rentrée política.

Promover um amplo debate sobre o Orçamento do Estado para 2017, com especialistas de diversos setores, reforçando o compromisso de recuperação de rendimentos do trabalho em que se funda a maioria parlamentar.

Mandar Marisa Matias para coordenar com o departamento internacional do Bloco de Esquerda a organização de uma Assembleia Europeia das Alternativas, que junte forças políticas e movimentos sociais anti-austeridade, a acontecer em Portugal na próxima primavera. Uma Assembleia que lance as fundações de uma nova política de cooperação na Europa. Uma alternativa solidária, que combata a xenofobia e se afirme como democrática e anti-fascista, que tenha o pleno emprego e o Estado Social como prioridades, que não aceite acordos de subalternização da democracia às multinacionais, que denuncie o Tratado Transatlântico, que rejeite a NATO e que assente a segurança no fim de todas as formas de imperialismo e de terror.

Iniciar a preparação de uma iniciativa ampla e popular em defesa do ambiente e do Tejo e que dê continuidade à luta pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz.

Apoiar o Bloco Açores na preparação e na campanha das eleições legislativas regionais de 16 de Outubro de 2016. Retirar a maioria absoluta ao PS na região é um passo decisivo para aprofundar a autonomia, trazer transparência à governação e defender os serviços públicos e os rendimentos e direitos do trabalho na Região Autónoma dos Açores. O Bloco de Esquerda Açores é a força que pode fazer a diferença nestas eleições.